EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

ANDREZA BASTAZINI

RESUMO
A escola integradora surge como uma opção inovadora face à antiga escola tradicional e exclusivamente e define-se pela sua abertura e aceitação sem distinção entre sexo, idade, origem social, situação económica, grupo social ou étnico, distinções de alunos com necessidades especiais de aprendizagem nas salas regulares, que eram habitualmente excluídos ou expulsos das escolas normais. O objetivo deste artigo é analisar, em primeiro lugar, as políticas educacionais dos governos anteriores para a educação especial e seu transitório-atraso para a escola inclusiva e a forma como tem sido concebida a educação integradora e a escola inclusiva em nosso país. Em um segundo momento, procura-se demonstrar a rotação da política educacional em direção à antiga concepção de educação especial contra os grupos excluídos e a população mais vulnerável socialmente, apesar de uma maior equidade, equidade, declarações governamentais de inclusão econômica, política, social, cultural e educacional. Conclui-se em um terceiro momento, com uma proposta de renovação da escola inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Integração, Política Educacional.

INTRODUÇÃO

Abordar a questão da educação inclusiva implica considerar uma transformação da sociedade excludente para que, na construção permanente da democracia e da participação cidadã, haja a inclusão de todos os setores da sociedade, sem distinção de posição econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política. A construção dessa nova sociedade implica a participação de todos os cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação como instituição, que pode promover equidade e justiça social para os excluídos não apenas do sistema educacional, mas da própria sociedade.

No entanto, a educação tem sofrido a investida do vai e vem da política econômica, com os anunciados cortes no orçamento do setor e a orientação da "pretensa equidade", ao oferecer bolsas de estudo a alunos "inteligentes" e com menos recursos, para que possam continuar na escola, seja qual for o nível. Por outro lado, cortam-se orçamentos para o Ministério da Educação Pública e para as universidades públicas, favorece-se o crescimento do subsistema privado em todos os níveis, limita-se o ingresso dos jovens nos níveis superiores de ensino por meio de vestibulares – como processo de seleção e exclusão dos "menos favorecidos" das escolas públicas. deixando de fora aqueles que não mostram sinais de "capacidade intelectual" para estudar em escolas oficiais.

Dessa forma, na mesma política de bolsas, por exemplo, são realizadas a discriminação social e a exclusão dos marginalizados em algum aspecto. Nesse processo, as políticas relativas à educação de crianças com necessidades educacionais especiais são modificadas, para falar de uma escola de integração e um esboço tímido da escola inclusiva.

As questões que norteiam este trabalho são: o que é a escola inclusiva? Quais são suas características? Por que ela é chamada de escola inclusiva? Onde está a escola inclusiva? É possível falar em escola inclusiva, quando a sociedade é excludente? Quais condições sociais seriam exigidas para poder falar e, sobretudo, ter uma escola inclusiva?

Na primeira parte deste artigo aborda-se a política educacional dos últimos seis anos, em relação à educação especial e sua transição-regressão para a escola inclusiva e a forma como a educação especial e inclusiva tem sido concebida em nosso país. Na segunda parte, procura-se demonstrar essa mudança na política educacional em direção à antiga concepção de educação especial, em detrimento dos grupos excluídos e mais vulneráveis socialmente, apesar das declarações do Estado, da busca por maiores margens de igualdade e inclusão econômica, política, social e cultural, dentro das quais inclui-se a educação. Por fim, em um terceiro momen-

to, conclui-se com a proposta renovada de uma escola inclusiva.

O PROBLEMA DA MARGINALIZAÇÃO E EXCLUSÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS DA ESCOLA

A convivência e o agir segundo a abordagem da inclusão social é um processo que requer o envolvimento, a articulação de ações e a unificação de critérios de todos e cada um dos atores sociais, desde a esfera governamental até os "responsáveis" pela formação dos alunos nas escolas.

Uma das características da sociedade inclusiva é a abertura das escolas a toda a população, para que todos aqueles que assim o desejem tenham um lugar e possam ter acesso a uma educação de qualidade, permanecer no sistema, participar em todas as atividades e práticas socioeducativas, como parte integrante da comunidade educativa e da sociedade em geral.

Equalizar oportunidades, reduzir barreiras à aprendizagem, abordar a heterogeneidade e atender às necessidades de todos os alunos é um desafio difícil de alcançar, especialmente quando insistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. A escola inclusiva não surge do nada, mas há um longo caminho que teve que ser percorrido, desde a ideia de educação especial, até a de uma escola de educação especial, passando pela escola de integração, atenção às pessoas com necessidades especiais de aprendizagem e chegando à ideia contemporânea de escola inclusiva.

No entanto, para alcançar uma escola inclusiva precisamos construir uma sociedade inclusiva, na qual todos nos encaixemos, com nossas diferenças e particularidades, com nossos dons e habilidades, com nosso conhecimento e ignorância. Uma sociedade democrática não no nome, mas na prática, que faça com que todos os seus membros, todos os cidadãos, se sintam em igualdade de condições para participar da vida política, econômica, social e cultural, com acesso a todos os serviços, particularmente saúde, educação e moradia. Uma sociedade que acolhe todos independentemente do estatuto social, sexo, idade, crenças ou origem étnica, e que todos temos os mesmos direitos e obrigações sem privilégios perante a lei ou de qualquer tipo. Essa é uma sociedade inclusiva, que oferece oportunidades para todos, sem a ideologia de que oferece as mesmas oportunidades a todos ou que torna iguais, porque, de fato, existem diferenças, não apenas as mencionadas acima, mas também nas capacidades intelectuais, interesses, oportunidades sociais e preparação remota, ou seja, existem classes sociais.

Uma sociedade inclusiva é, portanto, uma sociedade que aceita membros de diferentes classes sociais em seu meio, sem discriminação, exclusão ou limitações para o desenvolvimento pessoal e coletivo. Nos termos de Bourdieu, diríamos que existem diferentes capitais, não apenas econômicos, mas sociais, culturais e simbólicos.

O importante é que todos os cidadãos tenham um lugar nessa sociedade, sem serem marginalizados dos campos em que se desenvolve a vida social comunitária. A escola desempenha um papel fundamental na transformação da sociedade, na transição da sociedade reprodutiva para a sociedade de transformação produtiva com equidade e justiça. Por isso, deve ser o pivô em torno do qual gira a política de inclusão social, para que a sociedade se reflita nela e se construa como modelo de democracia, liberdade e tolerância ativa e criativa, ou seja, modelo de aceitação e total respeito às diferenças.

DIREITO À EDUCAÇÃO

A Conferência Internacional sobre "Educação para Todos" (EPT) realizada em Jomtien, em 1990, foi um divisor de águas na política internacional de educação realizada pela UNESCO, estabeleceu que todos os habitantes do mundo têm direito à educação e à satisfação de suas necessidades básicas de aprendizagem. Indiretamente, refere-se a escolas inclusivas, uma vez que não é exclusivo para crianças em idade escolar, mas também se estende a adultos com pouca ou nenhuma escolaridade, o que implica necessariamente a abertura das escolas a todos os candidatos, sem distinção de condição social ou física.

A Conferência de Jomtien propõe – com base na primeira e segunda considerações, em seu terceiro artigo e numerais correspon-

dentes – uma educação para todos, o que dá origem a uma primeira abordagem da educação inclusiva, pois requer oportunidades educacionais para todas as crianças, jovens e adultos, de ambos os sexos, membros de grupos vulneráveis e pessoas com deficiência:
Recordando que a educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as idades e em todo o mundo,

Reconhecer que a educação pode contribuir para um mundo mais seguro, mais saudável, mais próspero e mais puro do ponto de vista ambiental, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional [...].

Tem como objetivo universalizar o acesso à educação e promover a equidade. Para atingir esse objetivo, propõe-se que:
A educação básica deve ser fornecida a todas as crianças, jovens e adultos. Para o efeito, devem ser aumentados os serviços de educação de qualidade e devem ser tomadas medidas coerentes para reduzir as desigualdades.
Para que a educação básica seja equitativa, todas as crianças, jovens e adultos devem ter a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de aprendizagem.
A prioridade mais urgente é garantir o acesso e a melhoria da qualidade da educação para crianças e mulheres e eliminar os obstáculos à sua participação ativa. Todos os estereótipos de gênero devem ser eliminados da educação.
Devem ser envidados esforços ativos para alterar as desigualdades na educação e eliminar a discriminação nas oportunidades de aprendizagem dos grupos desfavorecidos: pobres, crianças da rua e crianças trabalhadoras, populações em zonas remotas e rurais, nómadas e trabalhadores migrantes, povos indígenas, minorias étnicas, relações raciais e linguísticas, refugiados, deslocados pela guerra e povos sob ocupação.
As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial. É necessário tomar medidas para garantir a igualdade de acesso à educação como parte integrante do sistema educativo para estas pessoas, nas suas várias categorias.
Em suma, a escola deve ser um instrumento de igualdade de oportunidades para todos, respeitando a diversidade e atendendo às necessidades de cada um de forma diferenciada, bem como um espaço de integração social, onde pessoas de outros grupos sociais se encontram, compartilham e convivem com pessoas de outros grupos sociais, e aprendem a respeitar e valorizar aqueles que são "diferentes". Procura-se uma educação da mais alta qualidade para todos, para alcançar a sua plena participação e integração social e produtiva no mundo adulto.
Nada pode ser mais prejudicial para a educação de nossos filhos do que educá-los em guetos, em uma escola que não acomoda ou tolera a diversidade dentro dela. O princípio da não segregação implica que a educação deve ser oferecida com pares sem deficiência, quando se trata de crianças com Necessidades Especiais de Aprendizagem (NEE), e aberta a todos os cidadãos que solicitem educação ou formação sem distinção de sexo ou idade.
A escola deve ser o espaço privilegiado, onde todos aprendemos a conviver com os outros e onde todos têm a oportunidade de desenvolver ao máximo as suas capacidades de aprendizagem.

EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL
A educação escolar implica a formação cidadã, que "implica que as pessoas se envolvam em questões que dizem respeito à sua comunidade, seja na família, no trabalho, nas esferas sociais e no que diz respeito às esferas de poder". (KAUFFMAN, J. E DANIEL P. HALLAHAN, 1985, p.57). Este envolvimento significa também solidariedade entre os membros de uma comunidade escolar, por exemplo, de modo que a responsabilidade pela educação recaia não só sobre o professor, mas sobre os próprios alunos, as autoridades, os pais e as autoridades civis, ou seja, sobre a sociedade no seu conjunto. Portanto, a educação inclusiva implica a responsabilidade de todos os atores no processo de ensino-aprendizagem e apoio às crianças com necessidades educacionais específicas,

sem a necessidade de rotulá-las como deficiências motoras, visuais, auditivas etc., mas simplesmente 6hama-las de necessidades educacionais específicas.

A capacidade de se abrir para acolher colegas com essas características será um dos objetivos da educação a fim de integrar não só aqueles que têm alguma NEE, mas também aqueles que têm dificuldade de entrar e permanecer na escola, superando a visão compassiva da tolerância, para gerar uma atitude ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades de aprendizagem e extracurriculares por parte dos professores e dos próprios colegas. Dessa forma, eles seriam treinados para a convivência e o apoio mútuo, e não apenas para a competição entre si.

É evidente que em um país capitalista, com uma política neoliberal oficial, onde a competitividade prevalece como princípio de sucesso e conforto na vida, é mais difícil alcançar a utopia de uma escola igualitária e equitativa; No entanto, foram as utopias que conseguiram transformar as sociedades históricas e acreditam que “a educação contribui para melhorar a coesão social quando é capaz de formar para a convivência e de proporcionar às pessoas um melhor horizonte de incorporação na vida produtiva, no desenvolvimento cultural e nas instituições sociais”. (LÓPEZ MELERO, MIGUEL. 2005, p.32) é construir uma utopia que possa favorecer uma transformação radical da sociedade em seus valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas.

Uma educação inclusiva responderia, então, a uma sociedade democrática, equitativa e inclusiva. A reforma política em direção à democracia global também deve passar pela escola que impacta a esfera social – coletiva e individualmente – com o objetivo de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. Essa modalidade escolar não tinha importância para os especialistas da época, pois nunca abordavam questões relacionadas à educação especial, à política educacional de integração, muito menos à educação inclusiva.

POLÍTICA EDUCACIONAL, EQUIDADE E JUSTIÇA

Essas propostas foram retomadas pelo Conselho de Especialistas em Educação do SEP, ao final do sexênio 2000-2006, como ponto central da agenda educacional mexicana por justiça e equidade, princípios reforçados na América Latina pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por meio de seu documento "Educação e conhecimento como eixo de transformação produtiva com equidade" – que define equidade educacional "como acesso à equidade". à educação com igualdade de oportunidades de renda e com a distribuição de possibilidades para obter uma educação de qualidade. Ou seja, com oportunidades semelhantes de tratamento e resultados em questões educacionais.

O Programa Nacional de Educação 2001-2006 estabelece que "a justiça educacional e a equidade no acesso, no processo e no desempenho educacional são os principais propósitos e compromissos do governo federal no campo da educação básica". Para isso, os setores governamentais e sociais interessados na educação, particularmente os professores, devem agir ativa e responsavelmente em colaboração com os pais. Estas ações são orientadas pelo subprograma Nacional de Educação Básica, no âmbito da política educativa do Governo. Esses princípios são resumidos como:

Equidade e justiça educacional. Alcançar a educação para todas as crianças e jovens do país. Proporcionar oportunidades educacionais iguais como fator de redução da injustiça social e buscar reduzir a lacuna entre grupos sociais privilegiados e marginalizados.

Ampliação da cobertura e crescimento da escolaridade média da população. O objetivo é oferecer oportunidades de acesso e qualidade de educação, principalmente para as áreas marginalizadas mais empobrecidas e de difícil acesso.

Qualidade educacional. Uma educação de qualidade adequada às necessidades dos diferentes grupos pode ajudar a superar o círculo vicioso da pobreza.

Acreditamos que a equidade significa muito mais do que o acesso à educação com igualdade de oportunidades de renda, a permanência, a educação de qualidade e a possibi-

lidade real de concluir a escolaridade, bem como a entrada no mundo do trabalho com um salário decente suficiente para satisfazer as necessidades básicas de subsistência, bem como as de reprodução da força de trabalho e as necessidades recreativas. como postulado tanto por Marx quanto pela doutrina social da Igreja Católica, ou mesmo pela Carta Internacional dos Direitos Humanos: "Um salário digno consiste em uma remuneração equitativa e satisfatória que assegure ao trabalhador e sua família uma existência decente, complementada, se necessário, por outros meios de proteção social; e garantir aos trabalhadores sua subsistência quando se aposentarem por meio de um sistema previdenciário". (UNESCO. 1990)
Tal sistema educacional estaria respondendo a uma sociedade democrática e às políticas que orientam seu desenvolvimento. Portanto, as escolas devem perseguir os objetivos de cidadania, equidade e inclusão, concomitantemente aos de competitividade, autonomia e desempenho, uma vez que a educação deve ser o pilar de uma sociedade equitativa, justa e que garanta o desenvolvimento humano de seus cidadãos.
Para atingir estes objetivos, todas as escolas devem dispor dos mesmos meios e condições de funcionamento semelhantes, compensando o Estado os pontos de partida desiguais, igualando oportunidades e subsidiando com maiores recursos as escolas que mais necessitam de acordo com as condições socioeconómicas da população que servem, particularmente nas localidades e regiões mais atrasadas e remotas.
Por conta dessa situação, o Programa Escolas de Qualidade é profundamente desigual e injusto, uma vez que as diferenças entre algumas escolas e outras são muito profundas e difíceis de serem superadas por meio do esforço dos responsáveis e dos pais. Isso fortalece a escola que já apresenta vantagens comparativas sobre outras localizadas em diferentes contextos socioeconômicos e culturais, e aquelas com menos recursos econômicos, corpo docente e instalações, materiais e instalações pedagógicas são abandonadas, alimentando o círculo vicioso, uma vez que "a má qualidade na educação e as desigualdades no atendimento da demanda levam ao fracasso escolar e à evasão escolar entre a população mais carente do país. que reproduz as condições de falta de equidade". (UNESCO.1990)

POLÍTICA DE INCLUSÃO OU DEMOCRACIA INCLUSIVA

A inclusão no campo da educação requer não apenas uma visão nacional, mas também internacional, como política norteadora para os países membros das Nações Unidas. Portanto, é importante reconhecer que, para a UNESCO (1990):

A inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas educacionais para responder à diversidade do corpo discente. É fundamental tornar efetivo o direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionado ao acesso, permanência, participação e realização de todos os alunos, com ênfase especial naqueles que, por diferentes motivos, são excluídos ou correm o risco de serem marginalizados. (s/p)

A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais em todos os países não tem sido consistente ao longo da história: de uma concepção separatista e segregacionista da criação de estruturas especiais para crianças com algum tipo de deficiência, para a escola de integração, sem levar em conta o que é integração escolar, como pode ser realizado e que tipo de modificações curriculares deveriam ter sido feitas para alcançá-lo e, ainda, que tipo de treinamento deve ser dado aos professores em formação e que tipo de treinamento aos que estavam na prática; nem se pensou em fornecer-lhes auxiliares para apoiar seu trabalho em sala de aula quando tinham alunos com essas características.
No entanto, as reformas democráticas devem passar pelas escolas, para que possamos formar cidadãos do futuro sob essa nova visão da sociedade. A democracia na educação vem em primeiro lugar através do acesso à escola, para que nenhum cidadão fique sem escolaridade e todos – crianças, jovens, adultos, homens e mulheres, com deficiência ou não – atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem.

Esta noção não se reduz apenas à expansão dos serviços educativos, mas estende-se para ter em conta os contextos socioeconómicos, políticos e culturais dos alunos, de forma a promover a aquisição de competências que lhes permitam aprender melhor, melhorar a sua qualidade de vida e alcançar o desenvolvimento económico. social e cultural que resulta na melhoria de seu desempenho profissional e qualidade de vida.

Não se trata apenas dos princípios básicos da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo e da resolução de problemas como objetivo final da escolarização, mas como base para o alcance de um maior desenvolvimento humano a partir de seus conteúdos básicos, conhecimentos teóricos e práticos, valores e atitudes, necessários "para que o ser humano possa sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de suas vidas, tomar decisões informadas e continuar aprendendo". Embora essas necessidades básicas mudem de acordo com países, culturas e épocas, hoje parece ser uma necessidade básica, por exemplo, usar o computador, saber navegar na Internet, para ter acesso a mais informações e, possivelmente, a um emprego.

Uma democracia educativa assim entendida seria insuficiente para abranger um número de cidadãos que são frequentemente excluídos do sistema educativo, deficientes de qualquer tipo – uns mais do que outros, mas segregados ou, pior, discriminados pela sociedade, pela escola e pelos próprios cidadãos.

Por isso, a democracia sem a reforma da escola é incompleta; e isso, sem mudança social, é uma ilusão utópica. A política educacional no Brasil tem se caracterizado por sua inconsistência em relação a esse segmento da população. Do abandono absoluto da educação especial, à escola de integração e uma proposta morna de uma escola inclusiva.

Diante dessa situação, alguns autores como Skrt (1995) propõem como ponto de partida na busca de soluções, a passagem da simples democracia para a adhocracia, entendida como a possibilidade de participação nas decisões de todos os setores da sociedade – governamental, cidadão – sem distinção de idade, sexo e condições socioeconômicas, políticas ou culturais. situação profissional ou civil.

Para esse autor, a adhocracia é de natureza lateral e dialógica, que se opõe à burocracia. Em outras palavras, a busca de soluções para os problemas enfrentados envolve a participação de todos os membros da sociedade, cada um com suas próprias qualificações e conhecimentos. Em um processo colaborativo baseado no respeito à diversidade, participamos de forma solidária, contribuindo com ideias para a construção de ações que levem à solução de problemas. Portanto, não são necessários especialistas. Essa concepção, transferida para a escola, resulta no que se chama de escola inclusiva.

Este tipo de escola não é uma utopia de poucos pedagogos, é a decisão política global que na América Latina é regida pelos acordos do Fórum Consultivo Internacional sobre Educação para Todos.

TENDO EM CONTA QUE:

A educação básica para todos implica garantir o acesso e a permanência, a qualidade da aprendizagem e a plena participação e integração de todas as crianças e adolescentes, especialmente indígenas, pessoas com deficiência, crianças de rua, trabalhadores, pessoas vivendo com HIV/AIDS e outros.

A não discriminação por motivos culturais, linguísticos, sociais, de gênero e individuais é um direito humano inalienável que deve ser respeitado e promovido pelos sistemas educacionais.

OS PAÍSES COMPROMETEM-SE A:

Formular políticas educacionais para a inclusão, que levem à definição de metas e prioridades de acordo com as diferentes categorias de população excluída em cada país e estabelecer os marcos legais e institucionais para tornar a inclusão efetiva e exequível como uma responsabilidade coletiva.

Projetar modalidades educacionais diversificadas, currículos escolares flexíveis e novos espaços na comunidade que assumam a diversidade como valor e como potencial para o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, recuperando experiências formais e não formais inovadoras, para atender às ne-

cessidades de todos: crianças e adolescentes, jovens e adultos.
Promover e fortalecer a educação intercultural e bilíngue em sociedades multiétnicas, multilíngues e multiculturais.
Implementar um processo sustentado de comunicação, informação e educação das famílias, que destaque a importância e os benefícios para os países de educar a população atualmente excluída.
A política de inclusão implica que todos os cidadãos sejam reconhecidos como colaboradores e participantes reais e ou potenciais na busca coletiva de soluções para qualquer tipo de problema. Isto requer a abertura necessária para gerar uma cultura de tolerância, de aceitação da diversidade, para que todos, sem qualquer restrição, tenham acesso a elas.

POLÍTICAS INTERNACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

UNESCO, no documento "Educação para Todos nas Américas. Quadro de Ação Regional", propôs como objetivo o desenvolvimento da educação inclusiva, fazendo as seguintes recomendações:
Formular políticas educacionais para a inclusão, que levem à definição de metas e inclusão de crianças com deficiência na escola regular, prioridades de acordo com as diferentes categorias de população excluída em cada país, e estabelecer marcos legais e institucionais para tornar a inclusão efetiva e exequível como uma responsabilidade coletiva.
Projetar modalidades educacionais diversificadas, currículos escolares flexíveis e novos espaços na comunidade que assumam a diversidade como valor e como potencial para o desenvolvimento da sociedade e dos indivíduos, recuperando experiências formais e não formais inovadoras para atender às necessidades de todos: crianças, adolescentes, jovens, adultos e adultos.
Promover e fortalecer a educação intercultural bilíngue em sociedades multiétnicas, multilíngues e multiculturais.
Implementar um processo sustentado de comunicação, informação e educação das famílias, que destaque a importância e os benefícios para os países de educar a população atualmente excluída.
No entanto, apesar dos esforços que têm sido feitos tanto em nível internacional quanto em contextos nacionais, ainda há um longo caminho a percorrer e os esforços devem ser focados em passar do nível da declaração de intenções para a implementação efetiva desses esforços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial e inclusiva é um pilar fundamental para promover a igualdade de oportunidades e o respeito à diversidade. Em um mundo onde a singularidade de cada indivíduo deve ser valorizada, a educação especial e inclusiva desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e empática.
Por meio da educação especial, alunos com necessidades educacionais especiais recebem o suporte e os recursos necessários para alcançar seu pleno potencial. Professores especializados, metodologias adaptadas e um ambiente acolhedor são essenciais para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade, que atenda às suas necessidades específicas e promova seu desenvolvimento integral.
Por outro lado, a educação inclusiva busca romper barreiras e eliminar preconceitos, promovendo a convivência entre alunos com e sem deficiência em um mesmo ambiente educacional. Ao promover a inclusão, não apenas os alunos com deficiência se beneficiam, mas toda a comunidade escolar é enriquecida com a diversidade de experiências, vivências e aprendizados.
É importante ressaltar que a educação especial e inclusiva não se restringe apenas ao ambiente escolar, mas deve permear toda a sociedade. Promover a inclusão e o respeito às diferenças é um desafio constante, que requer o engajamento de todos os setores da sociedade.
Portanto, investir na educação especial e inclusiva é investir em um futuro mais justo e igualitário, onde cada indivíduo seja valorizado por quem é e pelo que pode contribuir. Por meio da educação, podemos construir pontes que aproximam pessoas, promovem a empatia e fortalecem os laços que nos unem como sociedade.

REFERÊNCIAS

CEPAL-UNESCO. Educação e Conhecimento: Eixo de Transformação Produtiva com Equidade. Santiago do Chile, OREALC, 1992.

DCI. Inclusive Education", Defence of Children International. Disponível em: http://www.dniamericas.org/index.php/Educacion–Inclusiva.dni. Acesso em 25. mai.2025.

KAUFFMAN, J. E DANIEL P. HALLAHAN. Crianças Excepcionais: Introdução à Educação Especial. Prentice Hall, 1985.

OEI. Revista Educación. Disponível em: http://www.revistaeducacion.mec.es/re347/re347_03.pdf. Acesso em 05 mai.2025. ONU, "Regras Padrão sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Meeting Basic Learning Needs. Jomtien, Tailândia, 5-9 de março de 1990.

––––––––––. Declaração de Salamanca e Quadro de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.